

## **Mídia, sociedade e política: o rompimento da barragem de Mariana-MG e o enquadramento noticioso da temática ambiental<sup>1</sup>**

Viviane Amélia Ribeiro CARDOSO<sup>2</sup>

Mariane Motta de CAMPOS<sup>3</sup>

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora-MG

### **Resumo**

O artigo analisa as capas do jornal impresso *Estado de Minas*, vinculadas em seu portal online, sobre o rompimento da barragem da Samarco, empresa de minério de ferro pertencente à Vale do Rio Doce, que atingiu a região de Mariana-MG, ocorrido no dia 05 novembro de 2015. A análise relaciona a temática ambiental envolvida pela mídia a partir das suas relações entre três períodos de tempos distintos: logo após o desastre ambiental, seis meses depois e um ano depois do ocorrido. É necessário analisar de que forma o acidente foi enquadrado pela imprensa, tendo em vista que a mídia funciona como um importante referencial de mundo e ao mesmo tempo como um ator social e político, podendo agendar ou silenciar determinados fatos e temas. O objetivo, portanto, é verificar como o jornal enquadrrou o rompimento da barragem da Samarco.

**Palavras-chave:** Mídia; Meio Ambiente; Política; Enquadramento;

### **1. INTRODUÇÃO**

A questão ambiental pode ser apresentada como um campo social a partir das suas relações entre sociedade, ações individuais e coletivas, participação política e espetacularização presente na mídia, por uma lógica da ruptura, que leva os indivíduos a sair de um cotidiano, despertar sua atenção, fixar na memória e sensibilizar. A ruptura estabelece a novidade e a denúncia do funcionamento das instituições e suas relações com o mundo social. Dessa forma, pode gerir os efeitos de esperança e medo e legitimar o poder. (GOMES, 2004)

A visibilidade na mídia, como, por exemplo, as questões ambientais por meio de eventos, fatos e situações, quando passam a adquirir o centro da cena na comunicação de massa pela indústria do jornalismo e o entretenimento televisivo, legitimam o poder de um campo social por sua espetacularização.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ 6 – Interfaces comunicacionais do XXII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 22 a 24 de junho de 2017.

<sup>2</sup> Graduada em Bacharelado em Gestão Ambiental pela UFRRJ, Instituto Três Rios-RJ, email: vivianearcardoso@gmail.com.

<sup>3</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela UFSJ. E-mail.

Segundo Rodrigues (1990), é pelo discurso que as instituições asseguram a demonstração de seus interesses e a transmissão da sua legitimidade, para ditar as normas destinadas a regular os comportamentos e para intervir com eficácia dentro de um determinado domínio de experiência. É também pelo discurso que compete às instituições a expressar simbolicamente a visibilidade da sua intervenção, a mobilização em torno da sua ordem de valores e a reparação da violação das suas normas.

Por essa questão é importante tecer considerações acerca do papel da instância midiática como um importante ator político que interfere na forma como a realidade é recordada (OLIVEIRA & MARTINS & LEAL, 2016). As considerações de Traquina (2004) levam em conta uma observação das ideologias e práticas profissionais dos jornalistas no processo de produção midiática, incluindo sua cultura profissional e às rotinas de produção (OLIVEIRA & MARTINS & LEAL, 2016).

Para Taddei & Gamboggi (2011), a problemática ambiental pode ser encontrada nos meios de comunicação de forma isolada e utilitarista sem interlocução consistente com as teorias sociais, ou seja, busca-se apresentar apenas problemas ambientais pontuais que não compreendem a existência humana, o seu meio e a as questões econômicas que os gerem. As questões ambientais na mídia, muitas vezes, perpassam prescrições sobre a utopia de uma realidade ideal.

O presente artigo consiste em um estudo de caso, com base na análise de conteúdo proposto por Bardin (1977), a fim de analisar as capas do jornal *Estado de Minas* sobre o rompimento da barragem de minério de ferro que atingiu a região de Mariana-MG, incidente caracterizado como o maior desastre socioambiental do Brasil que ocorreu no dia 15 de novembro de 2015. A análise parte do fator tempo entre três períodos de investigação: o dia depois que ocorreu a catástrofe, seis meses depois do incidente e um ano depois do ocorrido. As capas foram selecionadas no portal *online* Jornal *Estado de Minas*, periódico existente na região metropolitana do estado de Minas Gerais.

Pretende-se verificar, assim, de que forma a temática ambiental se relaciona com a mídia no decorrer do tempo, a partir de um desastre ambiental e seu enquadramento entre "acidente", "tragédia" e "crime ambiental" aplicando a análise de conteúdo (AC) qualitativa na análise das notícias de capa com a finalidade de analisar a reflexão da imprensa sobre grandes catástrofes ambientais e seu papel na sociedade perante a cobertura midiática.

## **2. O ENQUADRAMENTO NOTICIOSO SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL: SUSTENTABILIDADE E RISCO**

A humanidade vive a construção de uma racionalidade ambiental, esta racionalidade é relativa a um sistema de regras, pensamentos e comportamento para certos fins e por atores sociais nos meios socialmente construídos (LEFF,2006). Estes meios são processos discursivos, ideológicos e institucionais que orientam e legitimam o discurso jornalístico, sendo necessário explorar os conflitos existentes nos interesses que envolvem a elocução na mídia (SCHWAAB,2011).

As manifestações públicas da chamada “questão ambiental” passam a adquirir uma multiplicidade de posições ideológicas, visões e interesses. A mídia, por meio da necessidade de se comunicar acaba por acrescentar em seu discurso de mercado, a incorporação de expressões como o da sustentabilidade, a responsabilidade socioambiental, a produção limpa, economia verde e produção verde, dentro do compromisso ecológico para um viés econômico "preocupado" com a preservação da natureza (GUIMARÃES,2011).

Conforme explicam Taddei & Gamboggi (2011), a compreensão de comportamentos humanos ligados ao meio ambiente pelas mídias de massa tem como objetivo elaborar estratégias para que, de alguma forma, transforme comportamentos, em que o tema se furta de discussões mais profundas para a compreensão da existência humana e sua relação com o meio em que vive. A abordagem é ligada de alguma forma a normas de prescrições sobre como deve ser a realidade.

Nesse sentido, para organizar o discurso, Goffman (1974) desenvolveu a ideia de enquadramento de mídia ou enquadramento noticioso (*news framing*), caracterizado como modelos de interpretação e seleção que definem aquilo que será destacado ou excluído. Por essa ideia, utilizada também por Gitlin (1980), torna-se compreensível o entendimento de como o jornalismo não apresenta um reflexo fiel da realidade. O enquadramento seleciona faces da realidade percebida transformando em destaque as informações jornalísticas por meio de definições particulares, termos reducionistas, julgamento de interesse ou avaliação moral (SANGRARD & LEAL, 2010).

O fator tempo, as rotinas de produção, os critérios de noticiabilidade, a cultura jornalística e os métodos jornalísticos são fatores que interferem na construção da

realidade, além, é claro dos interesses oriundos dos grupos de mídia (OLIVEIRA & MARTINS & LEAL, 2016).

A forma como o fato será noticiado está relacionado com o enquadramento noticioso. A partir da teoria do enquadramento, pode-se afirmar que o frame é o produto da interação do jornalista com a cultura profissional, a sociedade e os seus valores individuais.

Pinheiro (2014) analisa como, desde meados dos anos 1980, risco e incerteza se tornaram temas comuns (sociedade de risco, modernidade reflexiva, modernidade líquida) associados às questões de segurança, biopolítica e governança e cobrem amplos domínios como: desastres ambientais, doenças, terrorismo, acidentes, economia. A autora diferencia o discurso do “risco” pela noção de gerenciar as contingências por meio da segurança, indicando a presença cada vez mais intensa do controle do tempo presente pelo medo e pela proteção. A noção de “catástrofe” traz a ambiguidade entre o sentido de fim e a impotência diante dele, além do impedimento da continuidade, uma ruptura incalculável com a reversão do que é esperado ou determinado, indicando assim os limites do nosso conhecimento.

Conforme explica Pinheiro (2014), o século XXI apresenta a mudança climática como símbolo de nossa relação com o meio ambiente tornando-se cada vez mais visível no discurso público. O conceito de desenvolvimento sustentável indica os comportamentos desejáveis de acordo com os contextos sociais e políticos de cada processo histórico. Entre a catástrofe anunciada e as promessas de uma nova economia, a bandeira ecológica se torna um campo de disputas em torno do que seria o nosso futuro e de como governá-lo.

As evidências científicas, as fortes imagens, a conexão da questão com a agenda do desenvolvimento econômico, o inevitável compartilhar de responsabilidade entre países acabaram por delinear o valor-notícia do debate ambiental na mídia. Por outra perspectiva, a introdução da temática ambiental na mídia, acabou envolvendo os setores privados e os governos de países que estavam ausentes em relação a suas responsabilidades com o meio ambiente, obrigados assim a se pronunciar sobre a questão para garantir a sua imagem e credibilidade (ANDI,2010).

Schwaab (2011) conclui que os produtos jornalísticos são linguagens que adaptam os valores institucionais e profissionais a partir de uma simbologia objetiva e imparcial. Para a análise de um discurso ambiental na mídia, é necessário um maior

foco aos interesses constituídos, é preciso considerar o discurso jornalístico pelos vínculos diversos que o sustentam.

### **3. ESTUDO DE CASO SOBRE A COBERTURA DO ACIDENTE EM MARIANA**

#### **3.1 Metodologia de Análise**

O trabalho consiste em um estudo de caso, com base na análise de conteúdo (Bardin,1977), a fim de analisar o enquadramento da abordagem ambiental sobre o rompimento da barragem de minério de ferro que atingiu a região de Mariana-MG. Caracterizado como o maior desastre socioambiental da história do Brasil, o fato ocorreu em novembro de 2015. A análise parte do fator tempo entre três períodos de investigação: o dia depois em que ocorreu a catástrofe, seis meses depois do incidente e um ano depois do ocorrido. As capas foram selecionadas no portal de notícia *online* ‘Jornal *Estado de Minas*’, periódico existente na região metropolitana do estado de Minas Gerais. Pretende-se verificar assim de que forma o jornal enquadrando a temática ambiental no decorrer do tempo, a partir de um desastre ambiental e seu enquadramento entre, "tragédia, "acidente" e "crime ambiental" aplicando a análise de conteúdo (AC) qualitativa na análise das notícias presentes nas capas coletadas pelo canal.

Como *corpus* de análise, foram analisadas três (03) capas referentes às datas que se relacionam com o rompimento da barragem de rejeitos no Distrito de Mariana-MG: a capa do dia 06 de novembro de 2015, correspondendo um dia depois do ocorrido; a capa do dia 05 de maio de 2016, seis meses depois do ocorrido; a capa do dia 05 de novembro de 2016, correspondendo a um ano da maior catástrofe socioambiental do Brasil.

Na busca de identificar o enquadramento noticioso para caracterizar a questão ambiental em torno das notícias publicadas, as categorias de análise das capas selecionadas foram feitas pelas seguintes ordens: (a) data em torno do fato ocorrido: um dia depois, seis meses depois e um ano depois (b) descrição da notícia exposta na capa e o uso da imagem (c) a manchete traz referência a acidente, tragédia ou crime.

#### **3.2 O maior desastre socioambiental do país na mídia: o caso Samarco**

O dique da barragem de rejeitos provenientes do processo de extração de minério de ferro pela mineradora Samarco S/A, cujos acionistas majoritários são a

Companhia Vale do Rio Doce e a anglo-australiana BHP Billinton, se rompeu no dia 05 de novembro de 2015. Conseqüentemente a força de cerca de 34 milhões de m<sup>3</sup> de rejeitos de minério, equivalente a quatorze mil piscinas olímpicas (IBAMA,2015), atingiram a barragem de Santarém próximo ao local, formando uma devastadora tsunami de lama residual aniquilando o distrito de Bento Rodrigues pertencente a cidade de Mariana-MG (LOPES,2016). Os rejeitos percorreram outros 22 km até o encontro com o rio Doce, carreando até a foz no Oceano Atlântico, chegando no município de Linhares localizado no estado do Espírito Santo, em 21 de novembro de 2015, totalizando 663,2 km de corpos hídricos diretamente impactados (IBAMA,2015).

De acordo com o laudo técnico preliminar do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), puderam comprovar pelo trajeto da passagem da lama pelos locais atingidos os seguintes impactos: mortes de trabalhadores da empresa e moradores das comunidades afetadas sendo algumas ainda desaparecidos, desalojamento de populações, devastação de localidades e a conseqüente desagregação dos vínculos sociais das comunidades, destruição de estruturas públicas e privadas (edificações, pontes, ruas etc.), destruição de áreas agrícolas e pastos, com perdas de receitas econômicas, interrupção da geração de energia elétrica pelas hidrelétricas atingidas (Candongia, Aimorés e Mascarenhas), destruição de áreas de preservação permanente e vegetação nativa de Mata Atlântica, mortandade de biodiversidade aquática e fauna terrestre, assoreamento de cursos d'água, interrupção do abastecimento de água, interrupção da pesca por tempo indeterminado, interrupção do turismo, perda e fragmentação de habitats, restrição ou enfraquecimento dos serviços ambientais dos ecossistemas, alteração dos padrões de qualidade da água doce, salobra e salgada, sensação de perigo e desamparo na população (IBAMA,2015).

Por toda a extensão do Rio Doce nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, observou-se a mudança do aspecto de todo o rio Doce, demonstrando os altos níveis de turbidez gerados pela onda de lama de rejeitos (IBAMA, p.6, 2015)

O meio ambiente é um sistema complexo em que diversas variáveis se inter-relacionam, sendo os impactos ambientais sobre o rompimento da barragem de Mariana-MG, não limitado apenas aos danos diretos ocorridos durante o desastre. De acordo com o laudo preliminar do IBAMA (2015), as medidas de reparação, tangíveis e intentáveis, quando viáveis, terão uma execução a médio e a longo prazo, compreendendo neste caso pelo menos dez anos.

Os muitos incidentes em barragens de mineração ocorridos no Brasil e no mundo apontam um conjunto de causas, com destaque para: a manutenção deficiente das estruturas de drenagem, ausência de monitoramento contínuo e controle durante a construção e operação, crescimento das barragens sem adequados procedimentos de segurança, a sobrecarga a partir de rejeitos de mineração, falta de regulamentação sobre os critérios de projetos específicos. Todos esses aspectos citados combinados com políticas frágeis e instituições públicas de controle e prevenção desestruturadas, constitui um cenário fértil para a ocorrência de desastres, como o rompimento da barragem de Mariana-MG, em que as anormalidades são cotidianamente transformadas em normalidades (FREITAS, SILVA, MENEZES, 2016).

De acordo com o Glossário da Defesa Civil nacional (CASTRO,1998), "acidente" significa evento definido ou sequência de eventos fortuitos e não planejados, que dão origem a uma consequência específica e indesejada, em termos de danos humanos, materiais ou ambientais. Um desastre já se caracteriza como: resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema (vulnerável), causando danos humanos, materiais e/ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais.

Segundo a lei de crimes ambientais nº9.605/98 Art.54 (BRASIL, 1998), é considerado crime ambiental causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora.

Durante o mês de novembro, a grande mídia estava envolvida na cobertura dos atentados terroristas de Paris e na preparação das grandes lideranças mundiais para a COP21 – Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática - que aconteceria entre os dias 31 de novembro a 11 de dezembro de 2015, também em Paris, França. O ano foi marcado pela mídia sobre a grande crise hídrica do Estado de São Paulo e os surtos de dengue e zica vírus.

Durante o maior desastre ambiental ocorrido no Brasil, no dia 05 de novembro de 2015, houve muitas críticas sobre as redes midiáticas por terem demorado cerca de mais de dez dias para darem o devido destaque a dimensão que o assunto merecia (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2015). No início da catástrofe, tornaram-se mais visíveis as perdas humanas e os contrastes sociais das imagens que chocam e sensibilizam de Bento Rodrigues, o que acabou gerando uma comoção da sociedade

para se mobilizarem com ajudas e doações. De acordo com entrevista cedida ao observatório da imprensa exibido no dia 26 de novembro pela TV Brasil, Sylvia Moretzshon (informação verbal)<sup>4</sup>, professora de jornalismo da UFF, esclarece que no primeiro momento a mídia não teve a percepção da dimensão do impacto ambiental que o rompimento da barragem de Mariana-MG acarretou. Para a repórter do jornal *O Globo*, Ana Lucia Azevedo (informação verbal), na mesma entrevista cedida para a TV Brasil no programa do Observatório da Imprensa, as informações que surgiam eram desencontradas e não eram articuladas, sendo assim, havia mais dificuldade para apurar e saber o que realmente era correto, verídico ou sensacionalista.

Para o Editor-Chefe da revista *O Eco*, Eduardo Pegurier (informação verbal), a reflexão da imprensa sobre grandes catástrofes ambientais, como a que ocorreu em Mariana-MG, é o da reflexão antes do fato buscar as sucessões de circunstâncias que levaram ao acidente, informar a sociedade sobre os possíveis riscos que elas correm para que as mesmas criem o empoderamento de decisão e ação. De acordo com a jornalista Laura Cariglione (informação verbal), da rede Jornalistas Livres, a tragédia foi uma tragédia anunciada, já que em 2013 havia indícios do risco sobre o rompimento da barragem no complexo de Germano em Mariana-MG e nenhuma providência foi tomada, nem mesmo as sirenes de aviso quanto a acidentes foram instaladas. Eduardo Pegurier (informação verbal) conclui sua reflexão sobre o papel da imprensa na cobertura midiática de Mariana-MG em que, durante o ocorrido, a mídia deve ser capaz de cobrir com transparência sobre os problemas de licenciamento ambiental que ocorrem no país, a omissão dos poderes públicos e a negligência das redes privadas e que o grande desafio é conseguir manter a atenção da sociedade sobre o caso e suas consequências.

### **3.3 Análise de Conteúdo sobre a cobertura do rompimento da barragem da Samarco pelo jornal *Estado de Minas***

A Barragem de Fundão, da Mineradora Samarco, pertencente à Vale do Rio Doce e a BHP Billion, se rompeu às 16h20 do dia 05 de novembro de 2015 segundo as notícias que percorreram as redes sociais no mesmo dia, com chamadas de alerta e atenção.

---

<sup>4</sup> Informação verbal: Entrevista concedida pela TV BRASIL, Sylvia Moretzshon; Eduardo Pegurier; Laura Cariglione. *O Observatório da Imprensa analisa a cobertura realizada pela mídia do desastre ambiental em Mariana*. [Nov. 2015]. Entrevistador: Alberto Dines. Rio de Janeiro, 2015. (53 min.11s.). A entrevista na íntegra encontra-se disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3n5fkncBaiQ>



No dia 05 de novembro de 2015, a matéria encontrada e publicada na internet pelo Jornal *Estado de Minas* sobre o rompimento da barragem foi intitulada como: "Avalanche de lama destrói distrito de Mariana após rompimento de barragem" às 21h23 da noite. A capa do jornal impresso do dia seguinte, 06 de novembro de 2015, trouxe a seguinte manchete: "Barragem se rompe e tsunami de lama arrasa vilarejo":



Figura 1 - Capa do Jornal impresso Estado de Minas no dia 06 de novembro de 2016. 2º Edição. N°26.929

De acordo com as categorias de análise selecionadas, a data referente à publicação do fato ocorrido ganhou reportagem especial no jornal impresso *Estado de Minas*, já no dia 06 de novembro de 2015, tratando-se o fato como uma “tragédia”.

A capa trabalhou com uma imagem que recorre à dimensão do impacto no local, algo que choca e que sensibiliza. Para o contexto da notícia, foram utilizados os termos como "tsunami" e "lama arrasa", o que compreende a ideia das "toneladas de rejeitos tóxicos" e a grande proporção do ocorrido que atingiu o local. É referente na capa a mobilização quanto às pessoas atingidas pelo impacto e a busca de parentes por informações e desaparecidos. A capa trouxe a chamada para manter a atenção sobre outras barragens que também correm o risco de se romper.

Por essa percepção, no primeiro momento do rompimento da barragem, a capa enquadrou o sensacionalismo em volta das perdas humanas e dizimação de uma comunidade, o que choca e retrata o não comum e o não casual no dia-a-dia das pessoas, a ideia da tragédia, enfatiza a noção de "catástrofe", referindo-se, nesse caso, ao sentido de impotência diante do fato ocorrido, algo imprevisível e que furta-se da responsabilidade dos envolvidos nas consequências do fato.

Seis meses depois do maior desastre ambiental na região de Mariana-MG, a capa do jornal impresso, do dia 05 de maio de 2016, apresentou uma nota no canto inferior direito com os dizeres: “Tragédia em Mariana - 6 meses depois - Ibama dá ultimato à Samarco”.



Figura 2 - Capa do jornal impresso Estado de Minas no dia 05 de maio de 2016. 2º Edição. Nº 27.108

A data da capa analisada refere-se há 06 meses depois do rompimento da barragem no distrito de Mariana-MG. Durante esse tempo, é notável a busca por responsáveis pelo ocorrido assim como a relação entre risco e insegurança depois da catástrofe. Porém, o fator tempo apresentou a redução da visibilidade do caso na mídia,

ganhando apenas uma nota no canto inferior direito da capa do jornal, sem imagens, o que pode se relacionar a um certo silenciamento midiático entorno do fato.

A relação com a “tragédia de Mariana”, presente na matéria, remete ao "ultimato à Samarco" considerando o relatório do órgão ambiental para o risco de novos diques que podem se romper, onde a sociedade convive com o risco e a incerteza de novos desastres como esse, sem que se relacione a noção de “crime ambiental” ainda não presente na capa do jornal.

Um ano depois do rompimento da barragem de rejeito de minério da mineradora Samarco, o jornal *Estado de Minas* publicou em seu periódico como notícia de capa: "Ainda em busca de segurança" referindo-se à "tragédia de Minas" comunicando que "um ano após o desastre de Mariana, Minas tem 44 barragens sem garantia de estabilidade e Samarco corre para terminar dique destinado a impedir novos vazamentos de rejeitos".



Figura 3 - Capa do jornal impresso Estado de Minas no dia 05 de novembro de 2016.  
2ª Edição. Nº 27.289

A capa refere-se à data de "exatamente um ano depois do rompimento da Barragem do Fundão" e trouxe como título "ainda em busca de segurança" retratando a "tragédia em Minas" com uma foto de um dique da Samarco que armazena rejeitos de

minério e corre o risco de acarretar mais rejeitos ao meio ambiente com o advindo das chuvas de verão.

A notícia de capa ganhou meia página do jornal e trouxe novamente a mensagem de insegurança e medo por parte de novos desastres como o que ocorreu, declarando as condições instáveis de outras barragens em Minas. O fator tempo no enquadramento da notícia passou a envolver a dimensão da catástrofe, quando a “tragédia” não atinge somente a região de Mariana-MG, mas o risco contido em todo o estado de Minas Gerais, o que envolve o anúncio para “tragédia em Minas”. É interessante ressaltar que na notícia de capa encontra-se o seguinte dizer no corpo do texto: "O número total é maior do que as 35 barragens sem estabilidade garantida registrada em 2015, antes da tragédia."

Neste terceiro momento, correspondendo a um ano depois do rompimento da barragem de rejeito no distrito de Mariana-MG, é possível encontrar a relação entre os responsáveis pelo ocorrido, mas relacionando-se ainda à ideia de medo, insegurança e tragédia, o que coloca como preocupante a incidências de chuva e a dependência de eventos naturais para que não se aumente os danos causados pelo crime ambiental sucedido. Esta concepção retira a responsabilidade dos envolvidos sobre o caso. É interessante ressaltar que o perigo eminente de rompimento das barragens de minério em Minas Gerais, sempre existiu, o que traz a mensagem no jornal um ano depois do crime ambiental ocorrido, sendo importante levantar a questão do papel midiático para a cobrança dos órgãos públicos e privados, não apenas tratando a notícia depois de um grande impacto, mas sim para que se evitem futuros danos.

O fator tempo no enquadramento das notícias apresentou em um primeiro momento o que choca e o que sensibiliza perante o fato, considerado como tragédia no sentido de impotência diante da situação. Logo, depois de seis meses, a repercussão midiática do fato fica silenciada apenas com uma pequena nota apresentada na capa do jornal impresso, trazendo como mensagem, o medo e a segurança de que novos acontecimentos dessa proporção ocorram novamente. Ainda assim, o fato é considerado como tragédia, sem se relacionar ao crime ambiental. Um ano depois, a capa apresenta a falta de segurança sobre outras barragens no estado de Minas Gerais e os possíveis riscos de novos rompimentos de rejeitos, o que leva novamente, ao medo e incerteza, sendo este aspecto o que ganha à centralidade midiática nos três períodos de tempo analisados.

Dessa forma, a mídia deixa de relacionar os impactos sociambientais já ocorridos, sendo necessário apresentar o papel do poder público e a posição da entidade privada sobre a questão, assim como as cobranças sociais que envolvem os atingidos pelo rompimento, para discussões mais profundas de compreensão do caso e de mobilização em torno da reparação dos danos e violação das leis ambientais. Deve-se por esse fato, relacionar a questão a uma complexidade não só ambiental, mas política e econômica, das quais ainda sentimos suas consequências.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar que O jornal *Estado de Minas* é um canal midiático regional mais próximo da localidade da catástrofe anunciada do rompimento da barragem de Mariana-MG. O canal apresentou apurações em tempo real sobre a situação do distrito de Bento Rodrigues durante o fato ocorrido, porém seu alcance não chega a ser como o das grandes mídias existente na televisão e dos periódicos brasileiros. O contato próximo a situação que envolve a notícia também pode influenciar no enquadramento de suas notícias.

Mesmo assim, os resultados apresentaram uma diferenciação temporal durante o ocorrido, seis meses depois do incidente e um ano depois do crime ambiental. A passagem de tempo demonstra a impotência e o sensacionalismo diante da dimensão do fato, onde os canais de notícias ainda se encontraram perdidos quanto à situação referente aos impactos socioambientais que acarretaram o rompimento da barragem de minério, ressaltando a espetacularização por parte das perdas e dizimação de uma região. Em todos os momentos a mídia retrata a ideia de ‘tragédia’ o que constrói uma imagem que não responsabiliza a empresa e os envolvidos pelo crime ambiental que ocorreu.

É necessário então que a mídia apresente a sociedade não só a informação das situações que envolvem aspectos do dia-a-dia ou do que foge ao nosso cotidiano. Encontra-se, na discussão da mediação jornalística, o seu papel de empoderamento social, quanto à mobilização da sociedade e visibilidade das instituições referente à suas falhas e a falta de diligência das mesmas. A mídia possui agora um grande desafio de não deixar se apagar da memória um crime ambiental de tamanho porte e que já apresenta muitas consequências aos ecossistemas brasileiros, influenciando na dinâmica ambiental e social entre economia e política.

## REFERÊNCIAS

ANDI (Agência de Notícias do Direito da Infância). Mudanças climáticas na imprensa brasileira: uma análise comparativa de 50 jornais nos períodos de julho de 2005 a junho de 2007- julho de 2007 a dezembro de 2008 / por Veet Vivarta. Brasília, DF : ANDI, 68p. 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 1977.

BRASIL. Lei N° 9.605 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 12 de fevereiro de 1998. Seção 1, p.1.

CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de. Glossário de Defesa Civil Estudos de Riscos e Medicina de Desastres. **Secretaria Nacional de Defesa Civil**. 5ª Edição, Brasília, DF, 1998. Disponível em: [http://www.mi.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=71458606-5f48-462e-8f03-4f61de3cd55f&groupId=10157](http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=71458606-5f48-462e-8f03-4f61de3cd55f&groupId=10157). Acesso em: 17 de março de 2017.

FREITAS, Carlos Machado de; SILVA, Mariano Andrade da; MENEZES, Fernanda Carvalho de. O desastre na barragem de mineração da Samarco – fratura exposta dos limites do Brasil na redução de risco de desastres. **Ciência e Cultura**, São Paulo, V.68, N.3, jul/set de 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000300010> Acesso em: 13 de fevereiro de 2017.

GUIMARÃES, Isac de Souza Junior. De volta ao mundo das ideias: o fetichismo ambiental no discurso midiático da sustentabilidade. Revista **Comunicação & Sociedade**, Vol.33n°56 2011. Disponível: <https://www.metodista.br/revistas/revistasims/index.php/CSO/article/viewFile/2290/2761>. Acesso em: 23 de março de 2016.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Laudo Técnico Preliminar**. Impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais. 2015. Brasília-DF. Disponível em: [http://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/laudos/laudo\\_tecnico\\_preliminar\\_Ibama.pdf](http://www.ibama.gov.br/phocadownload/barragemdefundao/laudos/laudo_tecnico_preliminar_Ibama.pdf) Acesso em: 10 de novembro de 2016.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. 3ª Edição. São Paulo: Cortez, 239p 2006.

LOPES, Luciano M. N. O rompimento da barragem de Mariana e seus impactos socioambientais. **Sinapse Múltipla**, PUC Minas Betim, V.5 N.1 jun de 2016. Disponível em: [periodicos.pucminas.br/index.php/sinapsemultipla/article/download/11377/9677](http://periodicos.pucminas.br/index.php/sinapsemultipla/article/download/11377/9677) Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Educação Ambiental Crítica: contribuições e desafios**. In: Mello SS; Trajber R; Colaboradores. Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. UNESCO:MMA, 2007, pp. 248. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2016.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. O Observatório da Imprensa analisa a cobertura realizada pela mídia do desastre ambiental em Mariana. **TV Brasil** [Nov. 2015]. Entrevistador: Alberto Dines. Rio de Janeiro, 2015. (53 min.11s.). A entrevista na íntegra encontra-se disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3n5fkncBaiQ> Acesso em: 15 de fevereiro de 2017.

OLIVEIRA Luiz Ademir de; MARTINS Thamis Franco; LEAL Paulo Roberto. Pronunciamentos da presidente Dilma e enquadramento noticioso dos portais UOL E Carta Capital. **Comunicologia**. Universidade Católica de Brasília. v.9, n1 jan/jun 2016. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RCEUCB/article/view/6124> acesso em: 17 de fevereiro de 2017.

OLIVEIRA, Luiz Ademir; CHAVES, Fernando de Resende. Estratégias de Comunicação Pública: uma análise dos pronunciamentos da presidente Dilma Rousseff direcionados às cidadãs brasileiras em cadeia nacional de televisão. Revista **Lumina**. UFJF. Vol.5 n°2 Dez.2003. Disponível em: <https://lumina.ufjf.emnuvens.com.br/lumina/article/view/293>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2017.

PINHEIRO, Marta de Araújo. Risco e catástrofe: a seca no Estado de São Paulo. **Revista Lumina** UFJF. Vol.8 n°2, 2014. Disponível em: <https://lumina.ufjf.emnuvens.com.br/lumina/article/view/400>. Acesso em: 20 de outubro de 2016.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: MOIULLAUD, Maurice & DAYRELL, Sérgio Porto (Orgs). **Jornal**. Da forma ao sentido. Brasília: Editora da UNB, 2002, p.214-237.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

SANGLARD, Fernanda Nalon; LEAL, Paulo Roberto Figueira. O significado da política na cobertura do Jornal Nacional: uma representação simplista?. **Mediação**, Belo Horizonte, V.12, N.11, jul/dez de 2010. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/mediacao/article/view/316/313>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2017.

SCHWAAB, R. **Uma ecologia do Jornalismo**: o valor do verde no saber dizer das revistas da Abril. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

TADDEI, Renzo & GAMBOGGI, Ana Laura. Etnografia, meio ambiente e comunicação ambiental. **Caderno pedagógico**, Lajeado, v. 8, n. 2, p. 09-28, 2011.